

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026

Processo nº 59550.000125/2025-12-e

Impugnante: Agromap – Máquinas Agrícolas Passos Ltda.

Em atenção à impugnação apresentada pela empresa Agromap – Máquinas Agrícolas Passos Ltda., referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, cujo objeto contempla o fornecimento de tanques de resfriamento de leite, forrageiras e ordenhadeiras mecânicas, passa-se à análise dos argumentos apresentados.

Inicialmente, registra-se que a impugnação foi apresentada tempestivamente, razão pela qual deve ser conhecida.

No mérito, contudo, não assiste razão à impugnante, pelos fundamentos a seguir expostos.

1. Da alegada inadequação das especificações técnicas das ordenhadeiras

A impugnante sustenta, em síntese, que as especificações dos itens 01 a 06 deveriam ser revistas, a fim de substituir a atual modelagem de ordenhadeiras mecânicas tipo balde ao pé, estruturadas nas capacidades de 50 litros, 100 litros e 200 litros, por solução padronizada de ordenhadeira móvel tipo balde ao pé, conjunto duplo, apta à ordenha simultânea de duas vacas por vez, com recipiente semitransparente de aproximadamente 45 litros com entrada dupla.

A alegação não merece acolhimento.

As especificações técnicas constantes do Termo de Referência foram definidas a partir da necessidade administrativa identificada pela área demandante, considerando a finalidade pública da contratação, o perfil dos beneficiários, a diversidade de escalas de produção a serem atendidas e a adequação dos equipamentos à política pública que se pretende executar.

A opção por adquirir ordenhadeiras com capacidades distintas — 50 litros, 100 litros e 200 litros — não constitui vício de planejamento, tampouco restrição indevida à competitividade. Ao contrário, reflete escolha técnica da Administração voltada a atender diferentes realidades operacionais e produtivas, permitindo o fornecimento de equipamentos compatíveis com variados portes de unidades produtivas rurais.

Não cabe ao licitante substituir a avaliação técnica da Administração por solução comercial própria, ainda que entenda que determinado arranjo seja mais usual ou conveniente segundo sua experiência de mercado. A existência de alternativa técnica possível não torna inválida a

solução escolhida pela Administração, desde que esta seja lícita, objetiva, tecnicamente justificável e compatível com o interesse público.

No caso concreto, as especificações impugnadas não indicam direcionamento de marca, fabricante ou modelo exclusivo. Tratam-se de requisitos funcionais e construtivos mínimos, definidos de forma objetiva, com vistas a assegurar que os bens fornecidos atendam à capacidade, à funcionalidade, à robustez e à utilidade esperadas.

2. Da não aceitação de recipientes de 40 ou 45 litros em substituição aos recipientes de 50 litros

A impugnante requer, ainda, manifestação quanto à possibilidade de aceitação de recipientes semitransparentes de aproximadamente 45 litros, com entrada dupla, como solução equivalente aos recipientes de 50 litros previstos no edital.

Também nesse ponto o pedido não merece acolhimento.

O Termo de Referência estabelece, de forma expressa, a capacidade dos recipientes que integram cada conjunto de ordenhadeira. No caso das ordenhadeiras de 50 litros, por exemplo, exige-se o fornecimento de 01 recipiente de 50 litros semitransparente. Nos itens de 100 litros e 200 litros, a composição do conjunto também foi estruturada a partir de recipientes de 50 litros.

Assim, a oferta de recipientes com capacidade inferior — como 40 litros ou 45 litros — configuraria divergência material em relação à especificação técnica do objeto. Não se trata de falha formal, omissão sanável ou pequena variação sem impacto sobre o fornecimento, mas de redução objetiva da capacidade nominal de componente expressamente exigido no instrumento convocatório.

A aceitação de recipiente com capacidade inferior comprometeria a vinculação ao edital, o julgamento objetivo e a isonomia entre os licitantes, especialmente em relação àqueles que formularam suas propostas considerando o atendimento integral das capacidades mínimas estabelecidas.

Dessa forma, para fins de atendimento ao Edital e ao Termo de Referência, deverão ser ofertados equipamentos que observem integralmente as capacidades previstas para cada item, não sendo admitida a substituição dos recipientes de 50 litros por recipientes de 40 litros, 45 litros ou qualquer outro volume inferior ao especificado.

3. Da alegação de maior vantajosidade da padronização em conjuntos duplos

A impugnante argumenta que a padronização das ordenhadeiras em conjuntos duplos poderia gerar maior produtividade ao produtor rural, com acréscimo orçamentário supostamente reduzido.

A argumentação, contudo, parte de premissas próprias da impugnante e não demonstra ilegalidade, restrição indevida ou inadequação técnica das especificações constantes do edital.

A vantajosidade da contratação não pode ser aferida exclusivamente pela comparação aritmética entre preços estimados de modelos distintos. A Administração considerou, na fase preparatória, a necessidade de aquisição de equipamentos de capacidades variadas, de modo a atender diferentes perfis de uso e diferentes demandas operacionais. A aquisição de equipamentos simples, duplos ou de maior capacidade decorre da estratégia pública de distribuição dos bens e da pluralidade de situações produtivas a serem contempladas.

Além disso, eventual ganho de produtividade de determinada configuração não implica, por si só, obrigação de padronização de todo o objeto. A escolha do quantitativo e das características de cada item insere-se no âmbito do planejamento da contratação, desde que observados os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e adequação ao interesse público.

Portanto, não se identifica fundamento técnico ou jurídico suficiente para a retificação dos itens 01 a 06 nos termos propostos pela impugnante.

4. Do dimensionamento dos itens 05 e 06

Quanto à alegação de que os itens 05 e 06 estariam tecnicamente subdimensionados, especialmente por preverem ordenha de quatro vacas por vez, 16 teteiras, 04 recipientes de 50 litros, bomba de vácuo de 300 litros e motor elétrico de 1 CV, esclarece-se que as especificações foram definidas pela área técnica competente e constam de modo objetivo no Termo de Referência.

A impugnante não apresentou laudo técnico independente, norma técnica específica, ensaio comparativo ou documentação técnica conclusiva capaz de demonstrar a inviabilidade da configuração prevista. As alegações apresentadas baseiam-se, em grande medida, em avaliação própria da empresa acerca do que considera mais adequado ou usual no mercado.

A Administração, por sua vez, mantém as especificações constantes do instrumento convocatório, por entender que elas atendem à finalidade da contratação e são compatíveis com os requisitos mínimos pretendidos para o fornecimento.

Eventuais propostas apresentadas pelos licitantes serão analisadas na fase própria do certame, com base nos documentos técnicos, catálogos e demais elementos exigidos no edital, observando-se estritamente as condições estabelecidas no Termo de Referência.

5. Das alegadas inconsistências formais nos documentos do certame

A impugnante também aponta supostas inconsistências entre o Edital, o Termo de Referência, a Planilha de Quantidades e Preços, o cadastro dos itens no Compras.gov, o Estudo Técnico Preliminar e a Matriz de Riscos.

Após verificação, não foram identificadas inconsistências materiais aptas a comprometer a compreensão do objeto, a formulação das propostas, a competitividade, a isonomia ou o julgamento objetivo do certame.

Os documentos que compõem o processo licitatório devem ser interpretados de forma sistemática e integrada, prevalecendo, para fins de definição do objeto, aceitação, fiscalização e recebimento, as especificações técnicas constantes do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos.

Eventuais descrições resumidas ou cadastrais constantes do sistema eletrônico não alteram o escopo técnico definido no instrumento convocatório e em seus anexos, os quais contêm as informações necessárias à adequada formulação das propostas pelos licitantes.

Também não procede a alegação de ausência ou insuficiência documental quanto ao planejamento da contratação. Os documentos integrantes do certame encontram-se nos autos e foram elaborados de acordo com as necessidades administrativas identificadas, não se verificando omissão capaz de invalidar o procedimento ou justificar sua suspensão.

Dessa forma, não há fundamento para acolhimento do pedido de saneamento, suspensão, republicação ou reabertura de prazo com base nas alegadas inconsistências documentais.

6. Da competitividade e da vinculação ao instrumento convocatório

O edital não estabelece exigências impertinentes, desnecessárias ou direcionadas a fornecedor específico. As especificações técnicas foram definidas de modo objetivo e compatível com a finalidade pública da contratação, sem indicação de marca, fabricante exclusivo ou característica que inviabilize a participação de interessados aptos a fornecer os equipamentos nos termos exigidos.

A Administração deve preservar a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo e a isonomia entre os licitantes. Nesse sentido, não é possível flexibilizar, em favor de determinada solução comercial, requisito técnico expressamente previsto no edital, sobretudo quando tal flexibilização implicaria fornecimento de componente com capacidade inferior à especificada.

A ampliação da competitividade não autoriza a descaracterização do objeto licitado. O dever de competitividade deve ser harmonizado com a necessidade de atendimento da demanda pública tal como tecnicamente definida pela Administração.

7. Conclusão

Diante do exposto, decide-se por:

Conhecer da impugnação, por tempestiva;

Indeferir o pedido de retificação dos itens 01 a 06, mantendo-se a modelagem prevista no Edital e no Termo de Referência para as ordenhadeiras mecânicas de 50 litros, 100 litros e 200 litros;

Indeferir o pedido de aceitação de recipientes de 40 litros ou 45 litros em substituição aos recipientes de 50 litros expressamente exigidos nas especificações técnicas;

Indeferir o pedido de padronização das ordenhadeiras em conjuntos duplos, por inexistir demonstração de vício técnico, jurídico ou restrição indevida à competitividade;

Indeferir as alegações de inconsistência formal dos documentos do certame, por não terem sido identificadas divergências materiais aptas a comprometer a formulação das propostas, a isonomia, a competitividade ou o julgamento objetivo;

Manter a sessão pública na data prevista, sem necessidade de suspensão, republicação ou reabertura de prazo.

Assim, permanecem inalteradas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

Decisão: impugnação conhecida e, no mérito, indeferida.

Atenciosamente,

--

Thiago Cedraz de Almeida

Analista em Desenvolvimento Regional - Economista

Chefe da Unidade Regional de Desenvolvimento Territorial - 5ª GRR/UDT

Codevasf - 5ª Superintendência Regional

Edifício do Ministério da Fazenda

Praça Dom Pedro II, 16, Centro

Maceió - Alagoas CEP 57.020-130

Tel: (82) 3551-9462 Ramal: 829462